



Pela proteção das mulheres: um compromisso de todos



O enfrentamento à violência contra a mulher não deve ser feito de forma isolada, dizem os especialistas. Por isso, a importância de o debate incluir diferentes instituições, inclusive a escola, para a construção de uma sociedade mais igualitária

Caminhos para a equidade

» LETÍCIA MOUHAMAD
» WALKYRIA LAGACI*
» JÚLIA SIRQUEIRA*
» JÚLIA CHRISTINE*

Opapel da sociedade no combate à violência contra a mulher foi o tema do segundo painel do *CB Debate*: "Pela proteção das mulheres: um compromisso de todos", que teve a participação dos convidados Ana Addobatti, CEO da organização Livre de Assédio; Socorro Souza, coordenadora do Laboratório de Enfrentamento ao Feminicídio do Distrito Federal e pesquisadora da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz); Victor Valadares, pesquisador integrante do Grupo Saúde Mental e Gênero da Universidade de Brasília (UnB); e Adalgiza Maria Aguiar, promotora de Justiça e coordenadora do Núcleo de Gênero do Ministério Público do DF e Territórios (MPDFT).

O enfrentamento à violência contra a mulher não pode ser feito de forma isolada pelas instituições. Foi a partir dessa reflexão que a CEO da organização Livre de Assédio, Ana Addobatti, destacou a importância do engajamento direto da iniciativa privada para enfrentar o problema. "A Justiça faz seu papel e o Executivo implementa a política, mas é fundamental que os setores conversem", afirmou ela, ressaltando que a colaboração é a única via para superar os atuais índices alarmantes.

Ana questionou a lógica de que a segurança feminina é responsabilidade exclusiva do Estado, observando que estabelecimentos comerciais costumam proteger o patrimônio com rigor, mas falham no acolhimento a vítimas de violência. Ao relatar protocolos aplicados em empresas de Brasília, a especialista apresentou dados práticos: o treinamento de funcionários reduziu a rotatividade de pessoal de 24% para 8%.

Um dos pontos centrais de sua fala foi o alerta sobre o impacto dos cortes de recursos em pautas de diversidade. Ana comprou a rede de apoio a uma represa que protege a sociedade de um "tsunami" de violência. "Quando as empresas privadas retiram o investimento, esse tecido fica mais frágil e a violência vem como uma enxurrada", advertiu. Ela reforçou que o combate ao feminicídio exige que o setor privado não recue, mantendo o apoio financeiro e institucional necessário para que as ONGs e as políticas afirmativas continuem operando com eficácia.

O aprendizado contínuo dentro das empresas, conforme ressaltou a CEO, é uma ferramenta de cidadania, inclusive para dialogar com os homens. Ela defende que, ao saberem como agir e quem acionar em casos de assédio ou agressão, os colaboradores tornam-se multiplicadores de uma cultura de respeito. "O sucesso das leis depende de um esforço de integração onde cada setor saiba o seu papel, garantindo que o acolhimento à mulher seja feito com dignidade em todos os espaços de convivência", finalizou.

Diferentes realidades

Socorro Souza, coordenadora do Laboratório de Enfrentamento ao Feminicídio do DF e pesquisadora da Fiocruz, destacou que as principais dificuldades para proteger mulheres em situação de violência estão na falta de compreensão do funcionamento da rede de proteção, na vulnerabilidade econômica e na ausência de políticas que considerem a diversidade das realidades femininas. Segundo ela, a pesquisa-ação desenvolvida pelo laboratório revelou que, mesmo com organizações comunitárias atuando há mais de 10 anos nos territórios, muitas mulheres ainda não sabem como proceder diante de ameaças à própria vida.

A pesquisadora ressaltou que as mulheres não enxergam a violência de gênero como um fenômeno isolado, mas como resultado de camadas complexas de desigualdade social, racial, territorial e econômica. "Muitas (mulheres) permanecem em situações de risco porque pesam

a fome, a miséria e a ausência de alternativas", afirmou. E as políticas públicas, por sua vez, falham ao não reconhecer as diferenças internas dos territórios. "Dentro de uma mesma região administrativa, há realidades muito distintas. Partir do território é fundamental para entender essas desigualdades", acrescentou.

Segundo a coordenadora, a experiência da Fiocruz mostra que políticas de equidade só se consolidam quando atravessam toda a instituição e dialogam com os princípios do Sistema Único de Saúde e dos direitos humanos. Ao mesmo tempo, enfatizou que o Estado precisa aprender com os movimentos sociais e organizações comunitárias, visto que muitas mulheres recorrem primeiramente a redes informais de apoio, como família, igrejas e coletivos locais. "Essas mulheres produzem análises, soluções e práticas que precisam ser reconhecidas", afirmou, ao defender políticas públicas construídas a partir da escuta e da valorização das experiências locais.

Relações de poder

Para o pesquisador Victor Valadares, integrante do Grupo Saúde Mental e Gênero da UnB, a problemática da violência contra as mulheres vai além de casos isolados e está enraizada nas relações de poder da sociedade. "A liberdade das mulheres é vivida, muitas vezes, como impotência pelos homens. Em um contexto patriarcal, a vivência feminina da autonomia entra em choque com privilégios historicamente naturalizados", explicou. Discutir masculinidades, segundo ele, é central para a construção de uma sociedade mais igualitária.

Na análise psicológica, o pesquisador chamou atenção para o crescimento da violência psicológica, frequentemente invisibilizada. "Xingamentos são naturalizados culturalmente, sobretudo contra mulheres, mas têm impactos profundos na saúde mental", alertou. Além disso, Valadares ressaltou que essas agressões são atravessadas por marcadores raciais. "As mulheres negras sofrem mais violência, e os xingamentos são, muitas vezes, racializados e generificados", detalhou.

Nesse sentido, o enfrentamento passa, também, pela informação qualificada, minimizada diante da circulação intensa de desinformação sobre leis e políticas de proteção às mulheres. "Muitos homens falam com falsa certeza sobre temas como a Lei Maria da Penha, sem qualquer base empírica. Definir violência, aliás, é uma disputa de poder, dado que, historicamente, quem tem mais poder define o que é ou não violência", declarou, ao defender que a escuta das mulheres deve ser central nesse processo.

Ao concluir, Valadares afirmou que não é possível garantir mulheres livres sem repensar o projeto de masculinidade vigente. "Se não redimensionarmos o que entendemos por ser homem, continuaremos produzindo um cenário em que mulheres morrem. Precisamos de um projeto de sociedade que responsabilize os homens e valorize a liberdade das mulheres."

Enfrentamento

"A Lei Maria da Penha é uma das melhores do mundo", destacou Adalgiza Maria Aguiar, promotora de Justiça e coordenadora do Núcleo de Gênero do MPDFT, ao comentar como a legislação brasileira fortaleceu a proteção às vítimas e tem salvado a vida de milhares de mulheres. A painelista destacou a importância dos meios de comunicação na rede de enfrentamento a essa violência. "É essencial levar informações importantes e de qualidade em um momento em que a desinformação é um desserviço à sociedade", afirmou.

Apesar de considerar a lei robusta, a promotora avaliou que o cenário da violência de gênero ainda é preocupante no DF. "Aqui, quase 70% das vítimas de feminícios ocorridos entre 2015 e 2026, infelizmente, não constavam de registros de violência anteriores", alertou.



Dentro de uma mesma região administrativa, há realidades muito distintas. Partir do território é fundamental para entender essas desigualdades"

Socorro Souza, coordenadora do Laboratório de Enfrentamento ao Feminicídio do DF e pesquisadora da Fiocruz



Em um contexto patriarcal, a vivência feminina da autonomia entra em choque com privilégios historicamente naturalizados"

Victor Valadares, pesquisador do Grupo Saúde Mental e Gênero da UnB

A Justiça faz seu papel, e o Executivo implementa a política, mas é fundamental que os setores conversem, inclusive a iniciativa privada"

Ana Addobatti, CEO da organização Livre de Assédio

A educação é o ponto central nessa luta. Precisamos colocar esse debate nos currículos da educação básica"

Adalgiza Maria Aguiar, promotora de Justiça e coordenadora do Núcleo de Gênero do MPDFT



Onde pedir ajuda?

- **Ligue 190:** Polícia Militar (PMDF)
- **Ligue 197:** Polícia Civil (PCDF)
- **Ligue 180:** Central de Atendimento à Mulher (Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres). Por esse canal, também podem ser feitas denúncias de forma anônima, 24 horas por dia, todos os dias.
- Delegacias Especiais de

- Atendimento à Mulher (Deam):
- **Deam 1:** EQS 204/205, Asa Sul (atende todo o DF, exceto Ceilândia)
- **Deam 2:** St. M QNM 2, Ceilândia (atende Ceilândia)
- **» Ouvidoria das Mulheres (Conselho Nacional do Ministério Públíco):** para encaminhamento de denúncias diretamente ao

- Ministério Públíco.
- WhatsApp: (61) 9366-9229
- Telefones: (61) 3315-9467 / 3315-9468
- **Ouvidoria Nacional da Mulher (Conselho Nacional de Justiça):** para questões e denúncias sobre o andamento de processos judiciais.
- **Telefone:** (61) 2326-4615

promotora ressaltou que a denúncia é fundamental, desde a primeira agressão, mesmo quando se trata de violência psicológica. "Em briga de marido e mulher se mete a colher, sim", frisou ela, apontando o papel da comunidade no combate a esses crimes.

Para Adalgiza, o combate à violência

contra a mulher vai além de ações pontuais. Segundo ela, palestras isoladas não são suficientes. "A educação é o ponto central nessa luta. Precisamos colocar esse debate nos currículos da educação básica", defendeu. Ainda segundo a especialista, é essencial que crianças e adolescentes

aprendam, desde cedo, a desconstruir padrões culturais naturalizados ao longo da história. "São comportamentos que entraram no nosso inconsciente social."

***Estagiárias sob a supervisão de Eduardo Pinho**